



Forum Sociológico

Série II

20 | 2010

A pobreza, pluralidade de olhares e de intervenções

Editorial

Fernando Diogo e João Sedas Nunes



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/149>

ISSN: 2182-7427

Editora

CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2010

Paginação: 7-8

ISSN: 0872-8380

Referência eletrónica

Fernando Diogo e João Sedas Nunes, « Editorial », *Forum Sociológico* [Online], 20 | 2010, posto online no dia 05 setembro 2012, consultado o 04 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/sociologico/149>

Este documento foi criado de forma automática no dia 4 Maio 2019.

© CICS.NOVA

Editorial

Fernando Diogo e João Sedas Nunes

- 1 Sobre o presente número da *Forum Sociológico* impera um dossiê focado na pobreza, organizado e coordenado por Fernando Diogo, Alexandra Castro e Pedro Perista. Ele resultou de um desafio que, corria o ano de 2010, a Coordenação da Secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da APS lançou à *Forum Sociológico* para radicar a temática da pobreza num dos números da revista, desafio aceite com todo o entusiasmo desde a primeira hora. Muito embora a pobreza, enquanto categoria da restituição política e da prática administrativa de um sem-número de entidades públicas e associações sem fins lucrativos, se preste à condição sociológica de *mauvais objet*, dos dois lados – *Forum* e Coordenação da Secção de Pobreza, Exclusão e Políticas Sociais – entendeu-se e entende-se que essa é mais e não menos uma razão para sujeitar a pobreza a uma objectivação sociológica sistemática. É disso que o dossiê em parte trata, e dizemos em parte porque os seus fins não se esgotam aí – retomaremos este ponto.
- 2 Coincidentemente, no mesmo ano (2010) em que a ideia do dossiê sobre a pobreza que ora se publica começou a tomar forma tangível, o problema da pobreza em Portugal foi objecto de particular atenção mediática, política e pública por efeito das comemorações do Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social. O ano europeu acabou mas a pobreza não.
- 3 Pelo contrário, tudo indica que a pobreza tem aumentado no país. Os muitos indicadores parciais e indirectos entretanto divulgados, e entre os quais se destaca o valor crescente da taxa de desemprego, apontam nessa direcção. Não há, contudo, indicadores fiáveis e comparáveis com os anos anteriores, desde 2009 (é o INE que tem desenvolvido esse trabalho, em articulação com o Eurostat, através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, EU-SILC). Mesmo que os indicadores parciais e indirectos dêem pistas erradas e haja uma estabilização da pobreza, como se verificou entre 2008 e 2009, este problema social afecta um número muito significativo de portugueses. A pobreza não pode ser ignorada, precisa, por um lado, de ser mais bem conhecida e debatida, e, por outro, as soluções (políticas) para a erradicar precisam de ser propostas, discutidas e avaliadas. E isto não apenas numa perspectiva de banda estreita, i. e., referente às políticas de combate à pobreza e à exclusão social, mas numa perspectiva de banda larga,

incluindo políticas de educação, de emprego, de saúde, de justiça e de habitação, para referir as principais áreas onde se constrói e manifesta a ausência de recursos, a incapacidade e a vulnerabilidade social que subjazem à miríade de distintas situações de pobreza e de exclusão social que perpassam a nossa sociedade.

- 4 Contudo, mesmo que um assunto seja social e sociologicamente importante, isso não significa que tenha a relevância política e científica correspondente. É, justamente, o caso da problemática da pobreza, dado que os pobres não constituem um grupo social com capacidade de mobilização política nem são representados por figuras públicas que, defendendo os seus interesses, coloquem esta questão nas agendas política, pública, mediática e científica. Assim, no dossiê também se densifica a intenção de contribuir modestamente para modificar este estado das coisas, através de um melhor conhecimento da pobreza e da exclusão social, quer numa perspectiva empírica, quer numa perspectiva de discussão de conceitos e modelos. Por outro lado, também se pretende suscitar a reflexão de problemáticas menos debatidas, mas de grande relevância científica e política, em particular, as limitações das actuais formas de medir a pobreza ou a relação entre pobreza e emprego e pobreza e educação. Finalmente, visa-se a discussão das políticas com impacto na pobreza, sejam estas de banda larga ou estreita.
- 5 Sem se pretender – não seria exequível – cobrir todos os feixes teórico-metodológicos que convergem na problemática da pobreza, reconhecendo-se portanto que a selecção dos contributos (e logo dos autores) para este dossiê deixou de fora, necessariamente, um conjunto de potenciais artigos de enorme fôlego, foi possível reunir, crê-se, um pequeno mas estimulante (com elevada qualidade) conjunto de artigos que prossegue os objectivos que ditaram a organização do dossiê. A selecção, notar-se-á, ao abrigo das boas práticas das revistas científicas, foi enriquecida pelos comentários dos revisores (*referees*) dos artigos, que livremente apreciaram os seus méritos.
- 6 O artigo que encabeça o dossiê, de Michel Messu, aborda a realidade francesa a partir da construção de três paradigmas referentes às políticas francesas de luta contra a pobreza nos últimos 60 anos, a *pobreza-atraso*, a *pobreza-exclusão* e a *pobreza-cidadã*. Também Alexandra Castro revisita as políticas sociais sobre integração social, neste caso portuguesas e europeias, e em relação à população cigana.
- 7 Por seu lado, Luís Capucha apresenta um texto sobre a relação entre escolaridade e desigualdade social, em que o autor aborda as formas concretas em que esta relação se constrói a partir dos dados e estudos disponíveis sobre Portugal e das teorias da sociologia da educação para, de seguida, escarpelizar políticas e medidas de promoção do sucesso escolar dos alunos mais desfavorecidos. De certo modo em complemento, Pedro Perista e Isabel Baptista partem da revisitação dos conceitos de pobreza e de exclusão social para a análise de um outro componente fundamental da pobreza em Portugal, a sua estruturalidade, da qual, aliás, o trabalho não protege, e desta estruturalidade para as principais condicionantes que as políticas de intervenção social devem ter em consideração.
- 8 Por sua vez, Fernando Diogo debruça-se sobre uma das principais questões que associa a estruturalidade da pobreza ao emprego, a precariedade. Primeiro, problematizando o conceito e enquadrando-o nas transformações sociais que modificam a configuração da sociedade, para, depois, mobilizar dados europeus e portugueses sobre este processo social e, finalmente, utilizar o conceito para descrever a trajectória de emprego em carrossel dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção que trabalham.

- 9 O último artigo apresentado, da autoria de Elvira Pereira, revisita a medição da pobreza, algo profundamente ligado à sua definição, apresentando as limitações dos conceitos usados oficialmente para realizar esta tarefa. A autora, partindo da abordagem das capacidades de Amartya Sen, propõe uma nova forma de medir a pobreza, mais objectiva, portanto menos arbitrária, e mais consensual.
- 10 Além dos artigos incluídos no dossiê propriamente dito, este número conta com um texto que podemos classificar de “associado” ao dossiê. Da autoria de Sérgio Aires, refere-se à avaliação das políticas sociais que relacionam emprego e inclusão social em vários países, apresentando recomendações para a melhoria das políticas públicas nesta área a partir das experiências concretas de uma grande diversidade de indivíduos e contextos. Explica-se assim que não integre o dossiê: contém na verdade uma componente normativa que casa menos bem com a ideia de ciência que tutela o dossiê.
- 11 Totalmente à margem das questões da pobreza situam-se os dois últimos artigos que compõem a oferta literária deste número. Partilhando o tema geral – a saúde – e inscrevendo-se na lógica de contributo para o desenvolvimento de políticas públicas – no caso, das políticas públicas de saúde, no primeiro deles, da autoria de Inês Meira e Ana Patrícia Carvalho, recorrendo a um modelo de pequeno ensaio adopta-se um ponto de vista ecológico para cartografar 1) os factores que intervêm no acesso (diferencial) à saúde e 2) as cambiantes de que a própria concepção de saúde se reveste ao ser sujeita a um processo de definição que integra controvérsias acerca das responsabilidades a assacar pelos estados saudáveis, o que significa olhar também para a forma como a saúde se espelha nas doenças. Diferentemente, no segundo destes últimos dois textos, o seu autor, Luís Soares Luís, recorre a dados de pesquisa empírica para sondar as condutas alimentares, compreender as práticas de consumo de novos produtos como mediação da relação entre a indústria agro-alimentar e os indivíduos, dar conta dos parâmetros que determinam as escolhas alimentares a partir de duas polaridades antinómicas (a *neofilia* e a *neofobia*; ou seja, repulsa e atracção pela novidade), tudo isto com a finalidade de promover o desenvolvimento (uma cultura) de hábitos alimentares saudáveis.